

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2026.

(Do Senhor Prof. Reginaldo Veras)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio da Procuradoria Geral da República (PGR), sugerindo o planejamento de nomeação para todos os cargos vagos de Agente de Polícia Institucional do MPU e a realização imediata de concurso de remoção interna.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência o encaminhamento à Procuradoria-Geral da República (PGR) da Indicação anexa, que sugere a adoção de providências para o planejamento das nomeações dos aprovados no 11º Concurso do Ministério Público da União para o cargo de Agente de Polícia Institucional, bem como a promoção célere do concurso de remoção para a categoria.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2026.

Prof. Reginaldo Veras
Deputado Federal – PV/DF



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2026.

(Do Senhor Prof. Reginaldo Veras)

Sugere à Procuradoria-Geral da República (PGR) a adoção de providências para o planejamento de nomeação de todos os candidatos aprovados e formados para o cargo de Agente de Polícia Institucional do MPU, visando o preenchimento das vacâncias e a realização de concurso de remoção.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República,

O 11º Concurso Público do Ministério Público da União (Edital nº 1/2025) encontra-se em fase de vigência, com 344 candidatos ao cargo de Agente de Polícia Institucional devidamente aprovados e formados após rigoroso Curso de Formação Profissional (CFP) realizado na Academia Nacional de Polícia Federal.

Entretanto, observa-se uma lacuna no provimento deste cargo específico, que apresenta uma taxa de vacância superior a 16% (mais de 200 cargos vagos) e um hiato de 11 anos sem novas nomeações. Diante do vultoso investimento público realizado na formação desses candidatos — superior a R\$ 2 milhões apenas na etapa do CFP — e da existência de previsão orçamentária na LOA 2026 para 357 provimentos, sugere-se ao Ministério Público da União:

- 1. Planejamento de Nomeação Integral:** Que o órgão estabeleça um cronograma para a nomeação de todos os candidatos aprovados e formados durante o prazo de validade do concurso, garantindo a recomposição do quadro de segurança institucional;
- 2. Concurso de Remoção:** Que seja promovido, com a brevidade que o caso requer, o primeiro concurso de remoção interna para os atuais Policiais Institucionais, assegurando a organização das lotações antes do ingresso dos novos servidores;

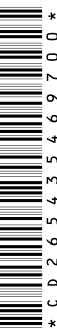


3. Eficiência Administrativa: Que a Administração priorize o provimento por servidores concursados e treinados, em detrimento da manutenção de militares em funções típicas da carreira, otimizando os recursos públicos já despendidos.

A presente indicação fundamenta-se no **Princípio da Eficiência (Art. 37, CF)** e na necessidade de evitar o desperdício de recursos públicos, uma vez que a não nomeação de candidatos já capacitados pelo erário configura ineficiência administrativa e prejuízo à continuidade dos serviços de segurança e inteligência do órgão.

Sala de Sessões, em ____ de _____ de 2026.

PROF. REGINALDO VERAS
DEPUTADO FEDERAL – PV/DF



ANEXO
ANÁLISE TÉCNICA

1. APRESENTAÇÃO

A Comissão de Aprovados no 11º Concurso do Ministério Público da União, regido pelo Edital nº 1/2025, para o cargo de Agente de Polícia Institucional, tem a honra de dirigir-se a Vossa Excelência na qualidade de representante de 344 famílias de candidatos devidamente aprovados, que aguardam, com legítima expectativa, a devida nomeação.

O presente documento tem por finalidade apresentar, de forma clara e fundamentada, dados, informações e estudos acerca do cenário atual do cargo de Agente de Polícia Institucional no âmbito do Ministério Público da União.

2. CONTEXTO ATUAL DO CONCURSO E DO MPU

a) O concurso para o cargo de policial foi composto de 4 etapas: prova objetiva, teste físico, avaliação médica (foram solicitados diversos exames e todos foram custeados pelos próprios candidatos) e Curso de Formação Profissional na Academia de Polícia Federal (21 dias).

b) O CFP previu formação para 400 candidatos. E estima-se que só para fazer o concurso do cargo de Policial do MPU o órgão gastou mais de R\$ 3.000.000,00 de reais.

TAF: R\$ 500.000,00

Avaliação médica: R\$ 67.000,00

Acordo de Cooperação com a Polícia Federal R\$ 1.500.000,00

Bolsa de estudos (metade do salário do servidor efetivo): R\$ 1.600.000,00

(obs: valores aproximados)

c) O concurso foi desmembrado e em novembro/2025 foram homologados todos os cargos, exceto o de Policial, por conta que estava pendente o CFP. E no final de dezembro 2025 foi homologado o concurso de policial

d) Ainda em 2025 foram nomeados cerca de 76 servidores entre analistas e técnicos (exceto Policial).

e) Em 2026 já foram realizados 02 concursos de remoção interna e foram nomeados 6 servidores para a saúde. E está na iminência de nomear candidatos da área de TI.



- f) Atualmente há mais de 200 cargos vagos de Policial do MPU
- g) Há orçamento para 357 nomeações na LOA de 2026 para o MPU
- h) O cargo de Policial do MPU está há mais de 11 anos sem realizar provimento de concurso público.
- i) No presente momento o órgão informou que não há perspectiva de nomeações para o cargo de Policial do MPU tendo em vista que existem candidatos subjudice e de acordo com o órgão é necessário primeiramente realizar outro CFP para esses candidatos. Sobretudo esta prática vai na contramão de todos os demais concursos no Brasil que possuem diversas fases, inclusive a fase de CFP.



[Ofício Circular PGR - remoção todos os cargos \(exceto POLICIAL\) - clique aqui](#)

- j) Atualmente o MPF faz parte do SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência, porém o setor de inteligência de Policiais consta com o efetivo de apenas 5 servidores para o MPF do Brasil inteiro. Além disso, o setor de inteligência que era subordinado a Secretaria de Polícia do MPF foi deslocado a SPPEA (Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise) fato que ocasionou esvaziamento de atribuição na SEPOL.

3. DADOS INFORMATIVOS

a. Quantidade e distribuição de candidatos/estado (344 aprovados)

- DISTRITO FEDERAL: 297 CANDIDATOS
- PARÁ: 11 CANDIDATOS
- AMAZONAS: 08 CANDIDATOS
- RORAIMA: 06 CANDIDATOS
- AMAPÁ: 06 CANDIDATOS
- RONDÔNIA: 06 CANDIDATOS
- TOCANTINS: 05 CANDIDATOS
- ACRE: 05 CANDIDATOS



b. Panorama de cotas (159 candidatos)

- Negro= 117 aprovados
- Negro Minoria= 05 aprovados
- Minoria= 08 aprovados
- PCD= 25 aprovados
- PCD Negro= 04 aprovados

c. Perfil profissional dos candidatos

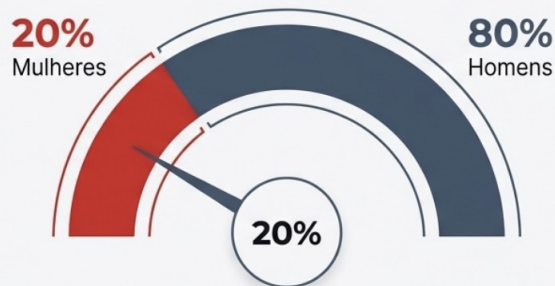
- POLICIAIS MILITARES: 58 CANDIDATOS
- POLICIAL CIVIL: 18 CANDIDATOS
- POLICIAL PENAL: 14 CANDIDATOS
- FORÇAS ARMADAS: 09 CANDIDATOS
- AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL: 06 CANDIDATOS
- AGENTE SOCIOEDUCATIVO: 02 CANDIDATOS
- PRF: 02 CANDIDATOS
- POLÍCIA MUNICIPAL: 02 CANDIDATOS
- POLICIAL LEGISLATIVO: 01 CANDIDATO
- CIVIS: 177 CANDIDATOS

d. Estudo do IMPACTO FEMININO no cargo

O Futuro Imediato: Um percentual expressivo de mulheres aprovadas

20% do Total de Aprovados

68 Mulheres 276 Homens



A solução já existe. No cenário de aprovados para a Polícia Institucional, as mulheres representam um contingente expressivo e qualificado de 68 profissionais prontas para ingressar.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD265435469700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



* C D 2 6 5 4 3 5 4 6 9 7 0 0 *

O Contraste Chocante: A representação na Polícia é estatisticamente irrisória



Apenas 1,7%

Em um universo de 1038 policiais no MPU, existem apenas 18 mulheres. Um percentual irrisório que destoa frontalmente do quadro geral de membros da instituição.

A Presença Relevante: Mulheres compõem quase 40% dos membros do MPU

778 Mulheres
39,1%

1212 Homens



Considerando os(as) procuradores(as), a presença feminina atinge 39,1% (778 mulheres de um total de 1990 membros). Um indicativo claro de que a equidade é parte da realidade institucional.

RAMO:	HOMENS:	MULHERES:	TOTAL (RAMO):	% FEMININA:
TOTAL (GERAL)	1212	778	1990	39,1%



* C D 2 6 5 4 3 5 4 6 9 7 0 0 *

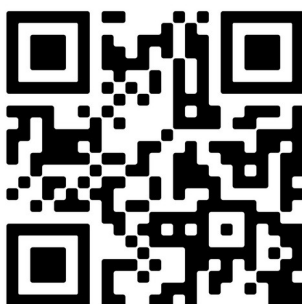
DOCUMENTO COMPLETO (CLIQUE AQUI)



e. Gastos totais do concursos

CUSTO TOTAL CONCURSO				
PARCELA	DATA	PORCENTAGEM	OBJETO	VALOR
1	08/05/2025	25%	Fechamento do Cadastro de Inscritos.	R\$ 3.284.617,10
2	12/05/2025	10%	Aplicação das provas objetivas e discursivas	R\$ 1.313.846,84
3	20/08/2025	10%	Aplicação do Teste de Aptidão Física	R\$ 1.313.846,84
4	06/11/2025	20%	Homologação do resultado do concurso para os cargos de Analista do MPU e de Técnico do MPU, todas as especialidades exceto Segurança Institucional.	R\$ 2.601.072,46
5	20/10/2025	10%	Aplicação da Avaliação Médica	R\$ 1.300.536,24
6	10/12/2025	15%	Homologação do resultado do concurso para o cargo de Técnico do MPU/Segurança Institucional;	R\$ 1.950.804,36
7		10%	Relatórios dos resultados finais do Concurso	R\$ 1.300.536,24
TOTAL		100%		R\$ 13.065.260,08

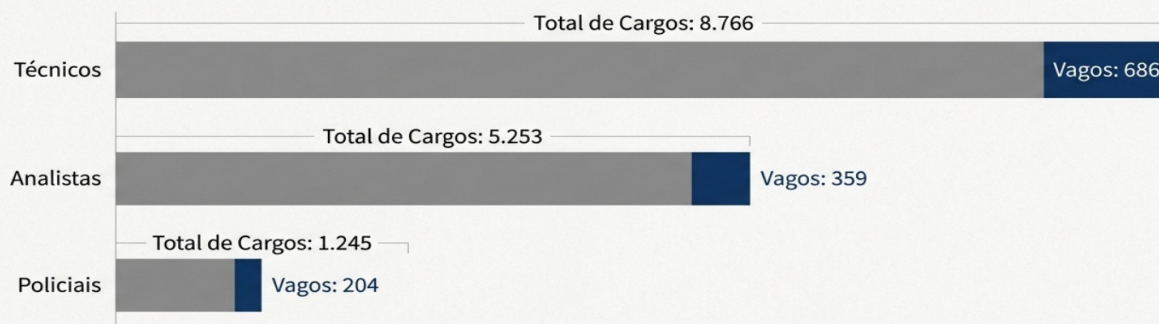
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - para licitação do concurso 2025 (clique aqui)



4 - VACÂNCIA DOS CARGOS

A maioria das vagas abertas se concentra nas carreiras de Técnico e Analista.

Análise do volume absoluto de cargos vagos por carreira.



Legenda: O gráfico ilustra o total de cargos existentes e a porção correspondente de cargos vagos para cada carreira.

A vacância na carreira Policial é mais que o dobro da média das outras carreiras.

Comparativo da taxa percentual de vacância entre as carreiras.



[DOCUMENTO COMPLETO - DIAGNÓSTICO DE VACÂNCIAS - clique aqui](#)

5. Militares ocupando cargos de Agente de Polícia MPU

Em todos os ramos segundo os sites de transparência existem militares ocupando cargos e funções típica da atividade de Agente de Polícia do MPU mesmo existindo candidatos no cadastro de reserva aptos a serem nomeados:

- MPDFT 33
- MPM 7

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD265435469700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



- MPF 5
- MPT 2

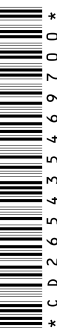
6 - Considerações finais

Diante do cenário exposto, a análise técnica dos dados demonstra que o provimento do cargo de Agente de Polícia Institucional deve ser tratado como prioridade estratégica para o Ministério Público da União. É imperativo observar que a carreira enfrenta um hiato de provimento superior a 11 anos, o que resultou em um índice de vacância superior a 200 postos de trabalho.

Embora o cargo de Policial componha, junto às carreiras de Analista de Direito e Técnico de Administração, o núcleo de maior expressividade numérica e funcional do órgão, observa-se uma assimetria no histórico de nomeações. Enquanto o certame anterior contemplou o provimento de 601 Analistas em Direito e 1.142 Técnicos em Administração, o cargo de Polícia Institucional apresenta hoje o maior percentual proporcional de vacância dentro da estrutura institucional, carecendo de recomposição imediata de seu quadro.

Sob o prisma da eficiência administrativa e da responsabilidade fiscal, ressalta-se o vultoso investimento público despendido na realização do certame, cujo custo total supera a marca de R\$ 13 milhões. Especificamente para a carreira policial, o órgão custeou etapas complexas e de alto valor agregado, incluindo o Curso de Formação Profissional na Academia de Polícia Federal.

Nesse contexto, a não utilização da autorização orçamentária prevista na LOA 2026





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Prof. Reginaldo Veras – PV/DF

para o provimento de até 357 cargos — frente à vacância real e ao investimento já realizado

— pode configurar subutilização de recursos públicos e atrair a responsabilização dos gestores perante os órgãos de controle, dada a evidente necessidade do serviço e a disponibilidade de candidatos aptos e devidamente formados.

Portanto, a nomeação dos aprovados no cargo de **Agente de Polícia do MPU** apresenta-se como a medida de gestão mais racional e econômica, garantindo a preservação do erário e o fortalecimento da segurança institucional do Ministério Público da União.

